

Ata da Reunião Ordinária do dia 30 de Julho de 2026 do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR

Aos trigésimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR reuniu-se para a realização de sua Reunião Plenária Ordinária, em formato híbrido, sendo de forma presencial na Rua Jacy Loureiro de Campos, 6 - Centro Cívico, Curitiba - PR, Palácio das Araucárias, e de forma remota através do link: meet.google.com/enh-jocj-uqr para apreciação e deliberação das pautas constantes da convocação. Participaram da reunião conselheiros representantes dos segmentos governamental e da sociedade civil, além de convidados e ouvintes, conforme lista de presença. A reunião foi conduzida pelo Presidente do CEPI/PR, Miguel Alves, com o apoio da Secretaria Executiva, representada por Kaomi Maltez Alves. Iniciada a reunião, procedeu-se à verificação do quórum e, na sequência, passou-se à apreciação das pautas previstas. **1. Comunidade Xetá de São Jerônimo da Serra – saneamento, saúde e assistência social.** Foi retomada a situação da comunidade Xetá localizada em São Jerônimo da Serra, especialmente quanto às condições de abastecimento de água, ausência de instalações sanitárias adequadas, atendimento à saúde e acompanhamento pelas políticas de assistência social. Foi apresentado relato de visita realizada ao território, destacando-se a utilização de banheiro improvisado, a insuficiência do abastecimento de água e a necessidade de acompanhamento contínuo das famílias. Durante a discussão, foram apresentadas informações sobre as providências já realizadas na área da saúde e sobre a possibilidade de atendimento das famílias pelo programa Banheiro em Casa, mediante encaminhamento do Município e demais requisitos administrativos. Após debate, o Plenário deliberou pelo prosseguimento das articulações institucionais, incluindo o encaminhamento ao Município para obtenção de informações e eventual inclusão das famílias no programa, bem como o acionamento do Ministério Público Federal para acompanhamento das demandas relacionadas ao saneamento e à garantia de direitos básicos da comunidade. **2. Fornecimento de energia elétrica – Tekoha Mirim e demais comunidades indígenas do Oeste.** Foi apreciada a situação do fornecimento de energia elétrica à comunidade Tekoha Mirim, em Guaíra, considerando resposta apresentada pela COPEL quanto aos procedimentos necessários para viabilização da ligação, especialmente mediante intermediação da FUNAI. Foi deliberado o encaminhamento de ofício à FUNAI, solicitando apoio na mediação entre a concessionária

e as comunidades indígenas, com a inclusão de outras localidades que apresentem demanda semelhante. **3. Comunidade indígena Marrecas – Turvo.** Foi analisado o protocolo referente às demandas da comunidade indígena Marrecas, no Município de Turvo, relacionadas à educação, infraestrutura, esporte, cultura e mobilidade. Considerando que não havia retorno registrado no protocolo quanto aos encaminhamentos realizados anteriormente, deliberou-se pela verificação de eventuais respostas existentes em outros expedientes e, caso não localizadas, pelo reencaminhamento das solicitações aos órgãos competentes. **4. Políticas públicas da SEAB destinadas aos povos indígenas.** Foi retomado o protocolo referente à solicitação de informações à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB sobre políticas, programas e ações voltados aos povos indígenas. Registrou-se que a SEAB já havia apresentado informações sobre iniciativas como o Leite das Crianças, Compra Direta Paraná e demais ações relacionadas à segurança alimentar e agricultura familiar indígena. Deliberou-se pela realização de levantamento dos documentos e atas relacionados à solicitação, bem como pela organização das informações recebidas das Secretarias de Estado em relatório consolidado, a fim de facilitar o acompanhamento das políticas públicas pelo CEPI/PR. **5. Racismo e discriminação contra estudantes indígenas no Oeste do Paraná.** Foi discutido o acompanhamento de denúncias de racismo e discriminação envolvendo estudantes indígenas, especialmente nos Municípios de Guaíra e demais localidades da região Oeste. Ressaltou-se a necessidade de levantamento de informações junto às redes municipais de ensino e à Secretaria de Estado da Educação, incluindo dados sobre estudantes indígenas, registros de situações de violência ou discriminação e ações de enfrentamento. Também foi destacada a necessidade de criação de alternativas educacionais que garantam o atendimento dos estudantes nos territórios indígenas. Deliberou-se pelo encaminhamento de ofícios aos órgãos estaduais e municipais competentes e pela análise da possibilidade de encaminhamento ao Ministério Público Federal quanto à implantação de estrutura escolar provisória nos territórios. **6. Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Paraná.** Foi apresentado informe sobre o andamento da construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Paraná. Registrou-se que o Grupo de Trabalho responsável vem avançando na metodologia e na organização das metas e ações das Secretarias de Estado, contando com a participação de representantes do CEPI/PR. Destacou-se a importância do

Plano como instrumento de planejamento e execução da política estadual para os povos indígenas. O Plenário deliberou que o acompanhamento do Plano seja tratado como pauta permanente nas reuniões do Conselho, com apresentação periódica de informes sobre seu andamento. **7. Ações de reintegração de posse envolvendo comunidades Ava Guarani em Santa Helena e Itaipulândia.** Foi realizado informe sobre os processos de reintegração de posse envolvendo comunidades indígenas Ava Guarani nos Municípios de Santa Helena e Itaipulândia. Registrou-se que os processos permanecem suspensos e que o CEPI/PR deverá acompanhar novas movimentações. Deliberou-se pela manutenção dos protocolos em acompanhamento e pela atualização da planilha interna, devendo a pauta retornar ao Plenário sempre que houver novas informações ou movimentações relevantes. **8. Alteração da Lei Estadual nº 21.430/2023.** Foi retomada a discussão sobre a proposta de alteração da Lei Estadual nº 21.430/2023, que institui o CEPI/PR, especialmente quanto à ampliação da representação da etnia Xetá e à previsão de cadeira destinada à representação feminina. Deliberou-se pela realização de levantamento acerca do andamento da proposta junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e pela consulta aos documentos e protocolos internos relacionados à matéria. Caso necessária nova elaboração ou complementação da proposta, foi considerada a possibilidade de constituição de Grupo de Trabalho específico para sua construção. **9. Projeto Paraná MAP – governança territorial, proteção de dados e Consulta Livre, Prévia e Informada.** Foi apreciado o protocolo referente ao Projeto Paraná MAP, com destaque para questões relacionadas à proteção de dados, governança territorial e Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI. Considerando a necessidade de maior conhecimento do projeto pelo Conselho, deliberou-se pelo encaminhamento de solicitação ao Instituto Água e Terra – IAT e aos responsáveis pelo projeto, para apresentação das informações, andamento, autorizações, objetivos e forma de utilização dos dados, bem como para realização de apresentação ao CEPI/PR. Também foi registrado o interesse do Conselho em acompanhar os procedimentos relacionados à CLPI. **10. Informes sobre os Grupos de Trabalho.** Ao final da reunião, foi apresentada sugestão para que as plenárias passem a contar com informes periódicos sobre o andamento dos Grupos de Trabalho do CEPI/PR, considerando que nem todos os conselheiros participam diretamente desses espaços. A proposta foi acolhida, ficando estabelecido que os informes deverão indicar, sempre que possível, as reuniões realizadas, o andamento dos trabalhos, as previsões e eventual necessidade de

apoio do Conselho. **11. Encerramento:** Não havendo mais a tratar, a Presidência retomou a palavra para as considerações finais, destacando a relevância dos debates realizados ao longo da reunião e a importância do acompanhamento, pelo Conselho, das demandas apresentadas pelos povos indígenas e pelos territórios. O Presidente Miguel Alves encerrou a reunião agradecendo a participação das pessoas conselheiras, representantes governamentais, convidadas e demais participantes, ressaltando o compromisso coletivo com o fortalecimento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas e com a atuação permanente do CEPI no acompanhamento das demandas que lhe são submetidas. A presente ata foi redigida pela SEC Kaomi Maltez Alves. Após a aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada no site do CEPI/PR.